



Sind • *Maringá* RURAL

Edição # 26 • 2025

www.sindrural.com.br



O pioneirismo do Sindicato de Maringá

16

senar

Transformando vidas com
conhecimento

24

pecuária

Oscilações no preço
do boi

28

carbono

Por que precisamos de
metodologias nacionais?

SISTEMA FAEP



O Sindicato Rural de Maringá parabeniza a FAEP pelos seus 60 anos de dedicação e liderança, fortalecendo o agro paranaense e construindo um futuro de conquistas para todos.

Editorial



José Antônio Borghi

Presidente do Sindicato Rural de Maringá

Olá, associados e produtores! É com muita satisfação que apresentamos a primeira edição de 2025 da nossa revista "Sind Rural Maringá". Conto com vocês para prestigiarem matérias que fazem a diferença no dia a dia do produtor rural, no trabalho e no campo. Nesta edição, destacamos o pioneirismo do Sindicato Rural de Maringá, lembrando sua trajetória e impacto no fortalecimento do agro regional. Também abordamos a importante atuação social do SENAR, que leva capacitação e conhecimento para quem está no campo. Outro tema essencial é a origem dos cursos de usina, que se tornaram referência no SENAR Paraná. Além disso, trazemos uma análise sobre a oscilação do preço do boi e os fatores que influenciam essa variação no mercado. Falamos, também, sobre saúde mental no campo, um assunto cada vez mais relevante para o bem-estar dos trabalhadores rurais. E, para quem busca entender mais sobre sustentabilidade, explicamos as metodologias do mercado de carbono e suas oportunidades para o produtor.

Assim, convido todos e todas para conferirem essas e outras matérias ao longo de nossa revista.

Boa leitura e um forte abraço.

Conecte-se com o SindRural nas redes sociais



Sumário



05 • Cursos de Usina

Dos primeiros cursos aos grandes avanços: a história do SENAR Paraná nas usinas

16 • Atuação Social Do Senar

Transformando vidas com conhecimento: A atuação social do SENAR e do Sindicato Rural de Maringá

20 • Investimentos

É possível proteger a sua safra com investimentos?

24 • Pecuária Moderna

Oscilações no preço do boi: o que influencia o valor da arroba?

28 • Bônus de Carbono

Produtores e o mercado de carbono: Por que precisamos de metodologias nacionais?

sempre
aqui

18 • Senar

22 • Saúde

26 • Jurídico

36 • Conexão SindRural



Sind - Maringá
RURAL

44 3220-1550
sac@sindrural.com.br
www.sindrural.com.br

• Anúncios
• Sugestão de pautas
• Críticas e dúvidas

Expediente

Revista SindRural

Publicação do
Sindicato Rural de Maringá
JAN, FEV, MARÇ, ABR | 2025

Jornalista responsável
Nicole de Alencar Broetto

Diagramação / Projeto Gráfico
Caroline Janeiro
Mobi Comunica
mobi@mobionline.com.br

Coordenação geral
Valdecir Mokwa
Angélica Pelisson

Revisão final
Angélica Pelisson
Nicole de Alencar Broetto

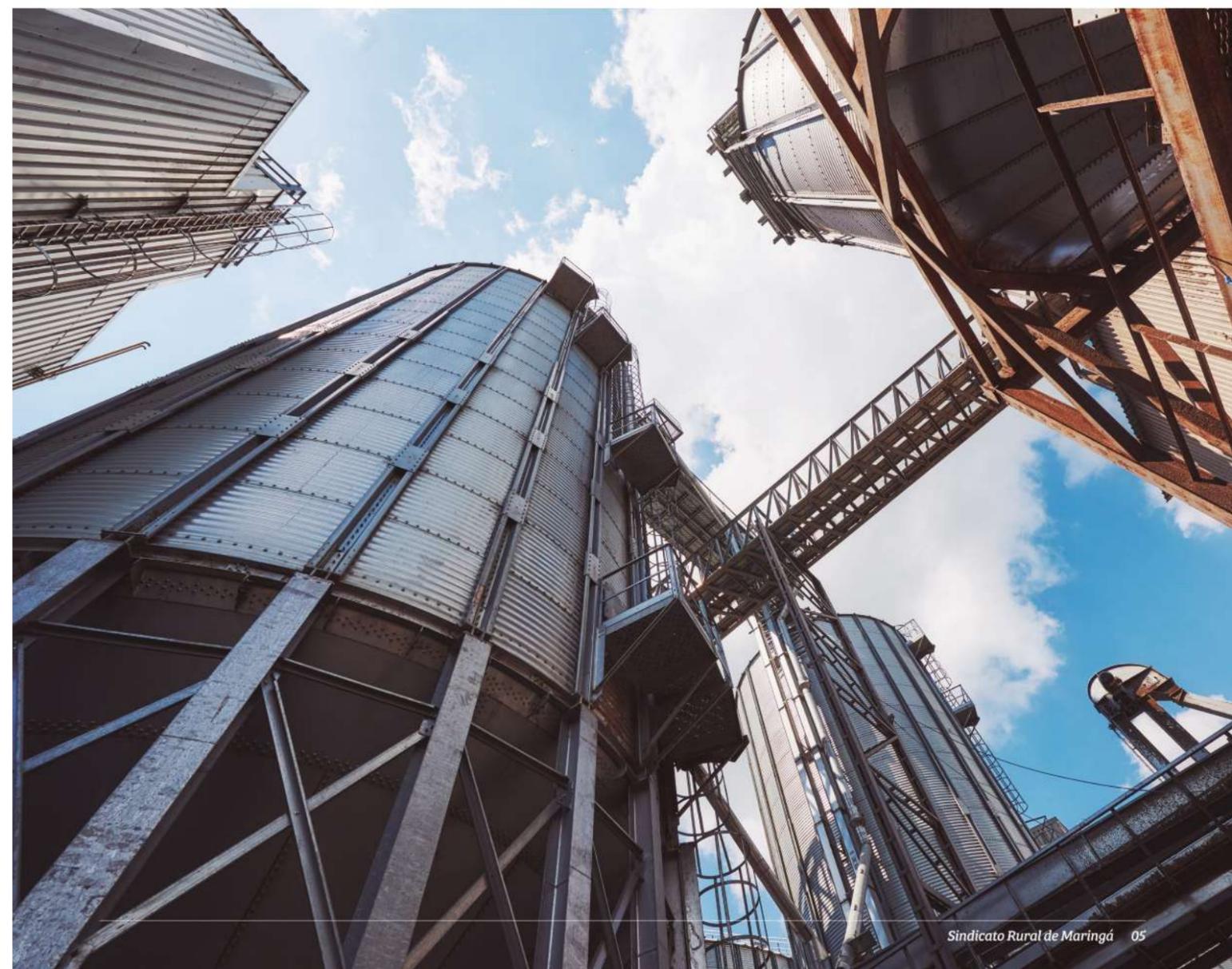
Fotos
Sindicato Rural de Maringá
*Diretoria do Sindicato Rural de Maringá
Gestão 2022-2025*

Presidente
José Antônio Borghi
1º Vice-Presidente
João Batista Versari
2º Vice-Presidente
Julio Cesar Meneguetti
3º Vice-Presidente
João Aparecido Bortolasci
Secretária
Roseli de Fátima Celestino
Tesoureiro
Marco Bruschi Neto
2º Tesoureiro
Antônio Molonha
Suplentes de Diretoria
Élio Ramos, Edilson Yasuhiko Komagome, César Augusto Schmitt, Agnaldo Campagnoli, Cleber Veroneze Filho, Larissa Lorena Galassini, Gilmar Cumani e Ágide Eduardo Meneguette
Conselho Fiscal
Luiz Carlos Dias, Iuoneti Catharina Rigon Bastiani, Ivaldo Meneguette
Suplentes de Conselho Fiscal
Ricardo T. Yamamoto, Gisele Visioli e Marcio Jordão Volpato
Delegado Representante
José Antônio Borghi
Suplente de Delegado Representante
Ágide Meneguette

Origem dos cursos de usina

Dos primeiros cursos aos grandes avanços: a história do SENAR Paraná nas usinas

A trajetória da capacitação técnica nas usinas do Paraná se entrelaça com a história de pioneirismo do SENAR-PR. Ainda nos anos 1990, quando o setor sucroenergético passava por uma fase de expansão e modernização, surgiu, nas usinas, a necessidade de qualificar operadores para as novas máquinas recém-adquiridas. Foi aí que o SENAR entrou em cena.



“Naquela época, as usinas estavam comprando tratores novos, mas não tinham operadores qualificados, além da necessidade de atualizar o conhecimento dos que já trabalhavam na área. Acredito que os primeiros cursos foram de corte de cana e aplicação de defensivos agrícolas, porém cursos de operação de tratores vieram logo em seguida. Foi uma demanda do setor, e o SENAR foi o primeiro a atender com uma turma especializada de instrutores”, relembra Josué F. Verderio Junior, um dos cinco primeiros instrutores do Paraná a atender a essa necessidade, entre 1994 e 1995.

Josué começou sua trajetória como instrutor do SENAR em 1994, após realizar um treinamento em manutenção e operação de tratores na fazenda da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Logo depois, se envolveu com o Sindicato Rural de Maringá, atuando também como mobilizador de cursos entre 1995 e 1997. “Organizava turmas nos distritos de Mandaguaçu e na região, mobilizava produtores e seus filhos, e dava os treinamentos”, recorda.

A formação técnica levada pelo SENAR chegava em um momento estratégico para as usinas. Muitos dos trabalhadores vinham de atividades como o corte manual da cana-de-açúcar e não tinham qualquer contato com maquinário. “O grande desafio era o baixo conhecimento da máquina e dos seus recursos. Os cursos traziam um material de altíssimo nível, que ensinava desde a manutenção básica até a operação correta e segura da

“
Organizava turmas nos distritos de Mandaguaçu e na região, mobilizava produtores e seus filhos, e dava os treinamentos”

Josué F. Verderio Junior
Instrutor do SENAR em 1994

máquina, e isso transformava a vida dos trabalhadores”. A proposta dos cursos era transmitir não somente o conhecimento teórico, mas também o conteúdo prático exposto na teoria. “Aprender a fazer, fazendo”, explica Josué.

De cortadores a operadores

Os resultados foram notáveis. Trabalhadores sem experiência anterior passaram a operar tratores com eficiência em um curto período. “Foi um salto. Cursos de tratores que começavam com 16 horas de carga horária passaram para 48, evoluindo para cursos de formação, com mais aulas práticas. A qualidade do conteúdo foi crescendo junto. Chegamos a reunir cerca de sete instrutores para desenvolver um manual completo de operação de tratores, cobrindo diversas marcas e sistemas. O material só evoluiu desde então”, conta.

“
O mais importante foi não parar. Houve uma continuidade que formou milhares de operadores ao longo dos anos. Foi essencial para o crescimento das usinas e abriu caminho para novos treinamentos.”

Josué F. Verderio Junior
Instrutor do SENAR em 1994



Expansão e legado

A atuação do SENAR foi tão decisiva que, com o tempo, a demanda por qualificação foi se ampliando. Novos cursos surgiram, como os de operação e manutenção de pulverizadores, colhedoras de cana, motoniveladoras e pás carregadeiras. “Foi além do trator. A qualificação técnica acabou impulsionando a própria expansão das usinas”, afirma Josué, que, após sair do Sindicato em 1997, atuou diretamente no setor sucroalcooleiro até 2019. Na visão do instrutor, o Paraná se tornou referência nacional em capacitação técnica no setor agroindustrial. “Visitei usinas em estados como São Paulo e Mato Grosso do Sul e vi como o modelo do SENAR-PR era forte e respeitado. Sem capacitação, não há crescimento. O SENAR cumpriu e ainda cumpre um papel fundamental nesse processo.” Hoje, ao olhar para trás, Josué vê com orgulho os frutos daquele trabalho iniciado há mais de 30 anos.



Estamos ao lado de quem faz o Brasil crescer.

No campo, cada conquista é fruto de trabalho, dedicação e confiança. É por isso que, há décadas, o Sindicato Rural de Maringá caminha junto com o produtor, oferecendo suporte, representatividade e soluções para fortalecer a produção e a vida no campo.

Representamos e defendemos os interesses dos produtores rurais. ✓

Oferecemos orientação jurídica, trabalhista e ambiental especializada. ✓

Promovemos cursos de capacitação e programas de formação rural. ✓

Incentivamos a inovação, a tecnologia e a sustentabilidade no agronegócio. ✓

Atuamos na mediação de negociações coletivas e no fortalecimento das relações no campo. ✓

Seja forte. Seja **Sindicato Rural de Maringá**.

sindrural.com.br | (44) 3220-1550 | [@sindicatoruraldemaringa](https://www.instagram.com/sindicatoruraldemaringa)



O pioneirismo do Sindicato de Maringá

Desde sua fundação, o Sindicato Rural de Maringá vem se destacando por estar à frente do seu tempo. Seja na criação de estruturas inéditas no estado, no incentivo à participação de novos públicos ou na modernização de processos, o Sindicato sempre teve uma atuação marcada pelo pioneirismo e pela coragem de inovar. Cada ação tomada ao longo

de sua trajetória serviu não apenas aos seus associados, mas também influenciou outras instituições, inspirando movimentos em todo o Paraná e até mesmo no Brasil. Esta matéria reúne alguns dos marcos que consolidam o Sindicato como uma entidade visionária, comprometida com a representatividade rural e com a evolução constante do setor agropecuário.

Qualidade é com o Sindicato: a implementação da ISO



Entre 1994 e 1996, o Sindicato Rural de Maringá deu um passo inovador: buscou a implementação da qualidade total por meio da certificação ISO. Na época, a Associação Comercial e Empresarial de Maringá – ACIM – foi a primeira instituição da cidade a buscar a certificação e convidou outras entidades para acompanharem o processo. Dos poucos que aceitaram o desafio, o Sindicato Rural de Maringá se destacou, ao lado do Sindicato dos Comerciantes. Com foco voltado aos serviços, enxergou na ISO uma forma de profissionalizar ainda mais seus processos e garantir excelência no atendimento aos associados, algo raro entre entidades de representação sindical no país naquele período.

Foco em serviços? É com o Sindicato Rural de Maringá

A busca por eficiência no atendimento aos produtores rurais sempre foi prioridade. Em 1989, quando ainda se usava a datilografia para documentações, o Sindicato foi um dos primeiros do estado a informatizar seu setor de

departamento pessoal. A introdução de computadores acelerou a emissão de folhas de pagamento, guias de FGTS, admissões, documentos de recolhimento e até declarações de Imposto de Renda. Isso consolidou o Sindicato

como uma entidade com foco em prestação de serviços estruturados, diferenciando-se de outros sindicatos que atuavam majoritariamente em áreas médicas e laboratoriais.

NR 31: formação desde os primeiros passos

Muito antes da formalização do nome "Cursos de NR. 31", o Sindicato de Maringá já oferecia capacitação sobre normas de segurança no campo. Ainda em 1995, com o apoio do SENAR, cursos como "Aplicador de Produtos Fitossanitários Costais" e "Manutenção Básica de Tratores" orientavam produtores sobre o uso correto de equipamentos e insumos.



A partir de 1998, essas ações foram oficialmente incorporadas aos programas dos sindicatos rurais. O

de Maringá, já com estrutura e reconhecimento, foi uma das primeiras entidades a abraçar o mo

uimento e tornar-se referência no estado em treinamentos voltados à segurança no campo.

O início da Comissão de Mulheres



O protagonismo feminino também encontrou espaço no Sindicato de Maringá. Tudo começou com Iuoneti Catharina Rigon Bastiani, como membra da Comissão de Mulheres de número 001. Com o apoio do então presidente, Dr. Annibal Bianchini da Rocha, ações tímidas come-

çaram a surgir a partir de 2002, reunindo mulheres associadas ou esposas de associados. Em 26 de novembro de 2004, um marco foi alcançado com a realização do Encontro Feminino Rural, que reuniu cerca de mil mulheres no Centro de Eventos Araucária, em uma parce-

ria com a FAEP e a Cocamar. Em 2006, Iuoneti levou a pauta à presidência da FAEP, sob o comando de Dr. Ágide Meneguette. Ele compreendeu a importância da participação feminina e iniciou-se um processo de formalização e expansão. Em 2008, foi criada oficialmente a Comissão de Mulheres do Sindicato Rural de Maringá, em consonância com o lançamento do programa Mulher Atual da FAEP. Com isso, surgiram os Encontros de Mulheres Rurais, eventos anuais que até hoje tratam de temas como saúde, gestão, cidadania, profissionalização e associativismo. A Comissão de Mulheres de Maringá foi a primeira do estado e permanece como referência nesse trabalho de valorização da mulher do campo.

Banco do Brasil e a Sala do Agronegócio: orientação direta aos produtores



Mais uma inovação marcante foi a criação, em parceria com o Banco do Brasil, de uma sala de atendimento especializada para o agronegócio dentro da agência central da Avenida Duque de Caxias. O Sindicato alocou profissionais especializados, como os irmãos Giulyerme Tonin, e, na sequência, João Ricardo Tonin, que deu continuidade para prestar consultoria direta aos produtores. O serviço abrangia desde cotações até orientações sobre crédito e investimentos, traduzindo a linguagem bancária para a realidade do campo, uma medida que otimizou negociações e aproximou os produtores das oportunidades financeiras.

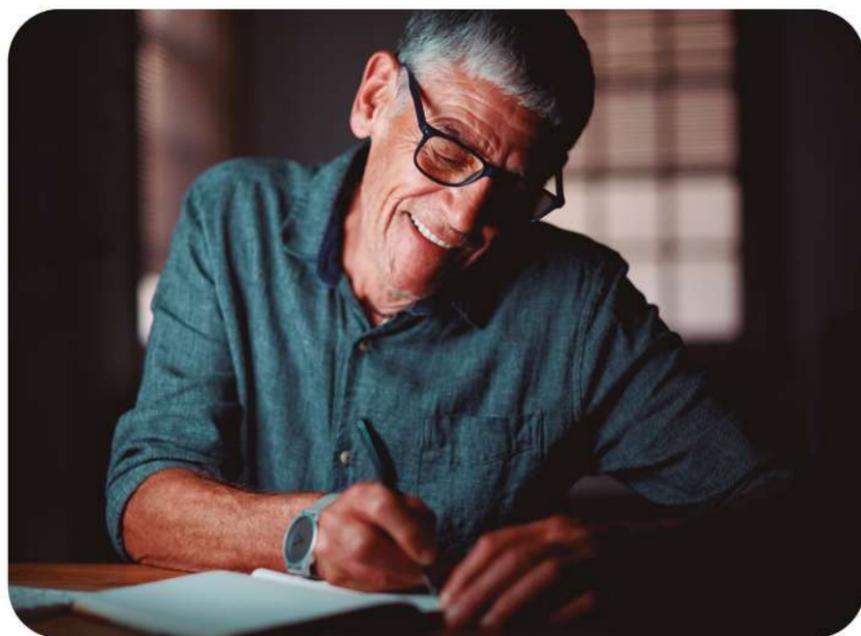
NICON: Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista de Maringá

O Sindicato Rural de Maringá foi o segundo do Brasil a implementar o NICON, atrás apenas do sindicato de Patrocínio (MG). A ideia surgiu a partir de uma reunião decisiva, realizada em 16 de setembro de 1996, com participação de representantes dos sindicatos patronal e dos trabalhadores, do então ministro do TST, Almir Pazzianotto, e outros líderes sindicais e jurídicos. Os objetivos eram evitar processos judiciais e promover a conciliação prévia entre empregadores e empregados. O projeto deu tão certo que serviu de base para a criação da Lei nº 9.958/2000, que institucionalizou os núcleos de conciliação no país.



Alfabetização para adultos

Na década de 1990, o Sindicato Rural de Maringá, por meio do SENAR, foi pioneiro em um programa de alfabetização de adultos que marcou a história da educação na região. A iniciativa teve origem no trabalho do arcebispo Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, que começou a mobilizar a população rural dentro do ambiente da igreja. Com o tempo, o projeto cresceu e passou a atender não apenas a trabalhadores do campo, mas a toda a comunidade interessada em aprender a ler e escrever. O programa ganhou ainda mais força com o apoio do então presidente do Sindicato, Annibal Bianchini, permitindo que aproximadamente 35 turmas fossem formadas em escolas e igrejas. As aulas aconteciam no período da tarde e da noite,



facilitando a participação daqueles que precisavam conciliar os estudos com o trabalho. O impacto foi imenso, transformando a vida de muitos alunos que finalmente tiveram a oportunidade de adquirir um direito fundamental: a educação.

O encerramento dessa iniciativa foi celebrado com uma grande formatu-

ra na Cúria Metropolitana, que reuniu centenas de pessoas em um momento de grande emoção e conquista. Esse projeto se tornou um marco na história do Sindicato Rural de Maringá, reafirmando seu compromisso não apenas com o setor agropecuário, mas também com o desenvolvimento humano e social da comunidade.

Pese Bem: fiscalização de carcaças nos frigoríficos

Outra atuação pioneira foi no campo da transparência na comercialização de carne. O Sindicato de Maringá foi o primeiro a adotar o programa "Pese Bem", criado pela FAEP

em 2007. A iniciativa surgiu a partir de queixas dos produtores sobre divergências no peso das carcaças contabilizadas pelos frigoríficos. O programa instalou balanças in-

dependentes dentro dos frigoríficos, e profissionais monitoravam a pesagem. O custo simbólico de R\$ 1 por animal era revertido para a manutenção do sistema.

Primeira Comissão Jovem do Paraná

O movimento jovem dentro do agro paranaense teve seu ponto de partida no Sindicato Rural de Maringá. A ideia surgiu em 2019, por iniciativa da colaboradora Angélica Pelisson,

em conjunto com a diretoria do Sindicato, com o objetivo de criar um grupo de jovens entre 20 e 28 anos para pensar o futuro do setor e garantir a renovação da representatividade

rural. Contudo, a primeira tentativa não avançou: os jovens convidados já estavam comprometidos com outras iniciativas ou ocupados com as demandas da vida acadêmica ou



ou da propriedade rural. A pandemia de 2020 acabou interrompendo o andamento do projeto, que só foi retomado em 2022 com um novo formato. A principal mudança foi a ampliação da faixa etária para 15 a 35 anos, buscando equilíbrio entre a energia dos mais jovens e a experiência dos mais maduros. Além disso, passou-se a atrair estudantes de áreas afins, como Agronomia e Medicina Veterinária, mesmo que ainda não ligados diretamente ao Sindicato. O lançamento oficial da Comissão

Jovem aconteceu na Expoingá, em 10 de maio de 2022, com um evento no estande do Sindicato. Com o apoio de Mayara Bertoldo, participante da CNA Jovem, foi possível trazer o palestrante Lucas Dering para falar sobre o protagonismo do jovem no agro. Também participaram Guilherme Castro Diniz, da AgroFlux, com mediação de Letícia Albuquerque, do Sebrae. Assim, o Sindicato Rural de Maringá se tornou responsável pela primeira Comissão Jovem oficialmente formada no estado do Paraná.

Saúde e Segurança no campo: A SST simplificada para o produtor

Apesar de obrigatória há anos, a legislação sobre saúde e segurança do trabalho no campo sempre foi um desafio para os produtores. Tentativas anteriores de parcerias externas não funcionaram como o esperado, pois os produto-

res sentiam falta de um acompanhamento verdadeiro, da visita à entrega dos EPs. Por isso, em 2022, o Sindicato decidiu implantar um setor interno dedicado à SST, com profissionais próprios que acompanhavam o processo

de perto, diretamente nas propriedades. Esse atendimento personalizado tornou-se um diferencial, cumprindo o papel do Sindicato como facilitador da vida do produtor.

Um legado que inspira

A história do Sindicato Rural de Maringá é marcada por escolhas corajosas, ações inovadoras e, acima de tudo, um compromisso contínuo com o fortalecimento do produtor rural. Cada iniciativa apresentada nesta matéria mostra que o pioneirismo não está apenas em ser o primeiro, mas em enxergar adiante, identificar necessidades antes de virem problemas e construir soluções com responsabilidade e visão de futuro.



Transformando vidas com conhecimento: A atuação social do SENAR e do Sindicato Rural de Maringá

No coração do sistema penitenciário de Maringá, entre os anos de 1997 e 1998, uma iniciativa silenciosa começou a transformar rotinas, restaurar dignidades e plantar esperança. Dentro da unidade do Depen-PR, que mantinha uma horta para complementar a alimentação dos internos, surgiu a semente de um projeto de impacto social profundo. Sob o olhar atento de Salvador Stefano, supervisor regional do SENAR-PR, e da assistente técnica da penitenciária, Bernadete Gealh, nasceu a ideia de levar cursos profissionalizantes aos internos, não apenas como forma de capacitação, mas como uma verdadeira chance de recomeço.

Os primeiros cursos, de olericultura e fruticultura, tinham um objetivo simples: aprimorar o cultivo da horta da unidade, melhorando as condições nutricionais das refeições. O sucesso foi imediato. Logo vieram os cursos de culinária básica, que qualificaram os internos responsáveis pela cozinha a preparar refeições mais nutritivas e saborosas. Os resultados não passaram despercebidos.



Com o passar do tempo, outras capacitações foram integradas ao projeto, como as de roçadeira, jardinagem, floricultura e tratorista, visando oferecer habilidades úteis para reinserção no mercado de trabalho após o cumprimento da pena. Entretanto, com a terceirização das refeições por marmitas industrializadas, muitas vezes abaixo dos padrões ideais, as famílias, quando autorizadas a levar alimentos de fora, passaram a preparar as refeições por conta própria. Foi aí que os cursos de alimentação, como culinária básica e panificação, ganharam protagonismo também no exterior da penitenciária, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade dessas marmitas caseiras levadas para os encarcerados.

Outro destaque foi o curso de produção de plantas nativas para reflorestamento. Internos passaram a cultivar mudas que seriam legalmente fornecidas a produtores rurais, por meio do IAT, colaborando com a recuperação ambiental de áreas de reserva legal. A iniciativa uniu sustentabilidade, capacitação e valorização do trabalho, em uma experiência que ultrapassou os muros da penitenciária. Essa história, iniciada em uma

horta, se expandiu para além das grades. Hoje, o Sindicato Rural de Maringá, em parceria com o SENAR-PR, leva conhecimento e oportunidades para diversos públicos em situação de vulnerabilidade, desde casas de recuperação, instituições de acolhimento, centros de apoio a comunidades assistidas.

Os cursos oferecidos abordam uma ampla gama de temas, cuidadosamente escolhidos para promover a autonomia, a dignidade e a geração de renda. Entre os mais procurados no último ano, estão os cursos de Agricultura Orgânica, Inclusão Digital, Primeiros Socorros, Panificação, Artesanato em Argila, Jardinagem, Produção de Molhos e Conservas e Boas Práticas na Manipulação de Alimentos.

A atuação social do SENAR-PR, viabilizada em Maringá pelo Sindicato Rural, reforça um princípio fundamental: o conhecimento tem poder transformador. Seja por meio do cultivo de uma horta, da preparação de uma refeição ou da recuperação de uma área ambiental, cada curso faz mais do que capacitar, essas ações ajudam a reconstruir trajetórias.

Senar e Sindicato uma parceria de sucesso

Trabalhador da Cultura de Plantas Aromáticas e Medicinais

Realizado no dia 12 de fevereiro no Sindicato Rural de Maringá, este curso foi ministrado pela instrutora Janete Maria de Oliveira Armstrong Vieira. Os participantes tiveram a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre o cultivo de plantas aromáticas e medicinais, abordando técnicas de plantio, colheita e beneficiamento, além de suas aplicações e benefícios.



Qualidade de Vida da Melhor Idade - Idosos

No dia 18 de fevereiro, o Cras de Dr. Camargo recebeu o curso ministrado por Maria Paula Prieto. O programa foi voltado para o bem-estar da terceira idade, promovendo atividades e ensinamentos que visam melhorar a qualidade de vida dos idosos por meio de práticas saudáveis, exercícios e socialização.



Trabalhador na Piscicultura - Sistema de Cultivo:

Entre os dias 20 e 21 de fevereiro, o Sindicato Rural de Maringá e a Piscicultura Piracema foram palco deste curso conduzido por Janete Maria de Oliveira Armstrong Vieira. Os alunos aprenderam sobre os diferentes sistemas de cultivo de peixes, incluindo manejo da água, alimentação e boas práticas para uma produção eficiente e sustentável.

Trabalhador Volante da Agricultura - Operação e Manutenção de Roçadeira

Nos dias 19 e 20 de março, o Projeto Vida, uma casa de recuperação, recebeu este curso voltado a um público vulnerável. Sob a orientação do instrutor Antonio José Scorupski, os participantes foram capacitados para operar e realizar a manutenção de roçadeiras, garantindo segurança e eficiência no uso desse equipamento essencial na agricultura.



Massas Caseiras e Bolachas

Realizado nos dias 21 e 22 de março no Sítio Porteira Grande, o curso foi ministrado pela instrutora Geni Rossato Bach. Os alunos aprenderam técnicas artesanais para a produção de massas caseiras e bolachas, explorando receitas tradicionais e métodos que podem ser utilizados tanto para consumo próprio quanto para geração de renda.

Manejo de Gado de Corte

Entre os dias 31 de março e 2 de abril, o Sindicato Rural de Maringá e a Biotec sediaram o curso ministrado por Thiago Bardy. Os participantes receberam capacitação sobre as principais práticas de manejo na bovinocultura de corte, utilizando metodologias atualizadas e técnicas que garantem o bem-estar animal e a produtividade no campo.



É possível proteger a sua safra com investimentos?



A safra brasileira de cereais, leguminosas e oleaginosas deve alcançar um recorde de 323,8 milhões de toneladas em 2025, de acordo com estimativa do IBGE. Isso significa alta de 10,6% na comparação anual. Somente a colheita da soja - principal commodity produzida no país - deve somar 164,4 milhões de toneladas, um avanço de 13,6% em relação à última safra.

Mesmo com a expectativa em alta, não é segredo que alguns produtores podem colher menos do que planejam por conta de condições climáticas instáveis, com chuvas mal distribuídas aliadas a altas temperaturas, situação que pode impactar plantações em todo o país. E os desafios não param por aí: as intempéries da natureza são apenas algumas das adversidades que os produtores rurais do Brasil podem enfrentar.

A boa notícia é que, mesmo diante de cenários desafiadores, existem maneiras de se proteger a safra por meio do mercado financeiro. Isso pode ser feito com um mecanismo que trava o preço de venda da produção antes mesmo da semeadura. Dessa maneira, mesmo que a falta ou excesso de chuva atrapalhem o andamento do cultivo, o produtor consegue garantir o pagamento justo pelo seu trabalho.

Estratégia na Bolsa de Valores

Essas estratégias acontecem no Mercado Futuro, sessão da Bolsa de Valores (B3) em que são negociados contratos de compra e venda de um ativo em uma data futura. Na prática, esses contratos representam acordos firmados entre duas partes que se comprometem a comprar ou vender um ativo que representa o preço das sacas embora esse contrato não tenha nenhuma relação direta com a mercadoria real.

Vamos imaginar que um produtor de soja do Mato Grosso fez as contas antes mesmo de colocar as sementes na terra, e chegou à conclusão de que, para arcar com os custos da produção e lucrar, ele precisará vender cada saca a R\$ 132. O mercado financeiro permite que esse produtor firme um contrato com um comprador de grãos. Dessa maneira, as duas partes se comprometem em negociar cada saca da sua produção por R\$ 132 antes mesmo da colheita.



“O mercado financeiro permite que esse produtor firme um contrato com um comprador de grãos. Dessa maneira, as duas partes se comprometem em negociar cada saca da sua produção por R\$ 132 antes mesmo da colheita”



Ronaldo Ghiraldelo

Assessor de Investimentos da SVN

☎ 44 99972-8172

Saúde mental no campo: O bem-estar de quem alimenta o mundo

A vida no campo é repleta de desafios. A rotina intensa, a dependência das condições climáticas, as incertezas do mercado e a pressão para manter a produtividade fazem parte do dia a dia de quem trabalha na produção agropecuária. Em meio a tantas responsabilidades, a saúde mental do produtor rural muitas vezes fica em segundo plano, o que pode levar a problemas como estresse, ansiedade e depressão.

Diferente de outros setores, a agricultura exige comprometimento constante, sem feriados ou pausas definidas. O impacto das mudanças climáticas, o endividamento, a falta de apoio e o isolamento são fatores que podem afetar o bem-estar emocional dos produtores. Além disso, muitas vezes, falar sobre sentimentos e pedir ajuda ainda é visto como sinal de fraqueza, o que dificulta a busca por apoio profissional.

Alguns passos para cuidar da saúde mental no meio rural:

Reconhecer os sinais: Sintomas como cansaço extremo, falta de motivação, irritabilidade e insônia podem indicar um quadro de estresse ou ansiedade.

Buscar apoio: Conversar com familiares, amigos ou profissionais da saúde mental é essencial para lidar com emoções difíceis. Muitas cidades já contam com serviços de apoio psicológico.

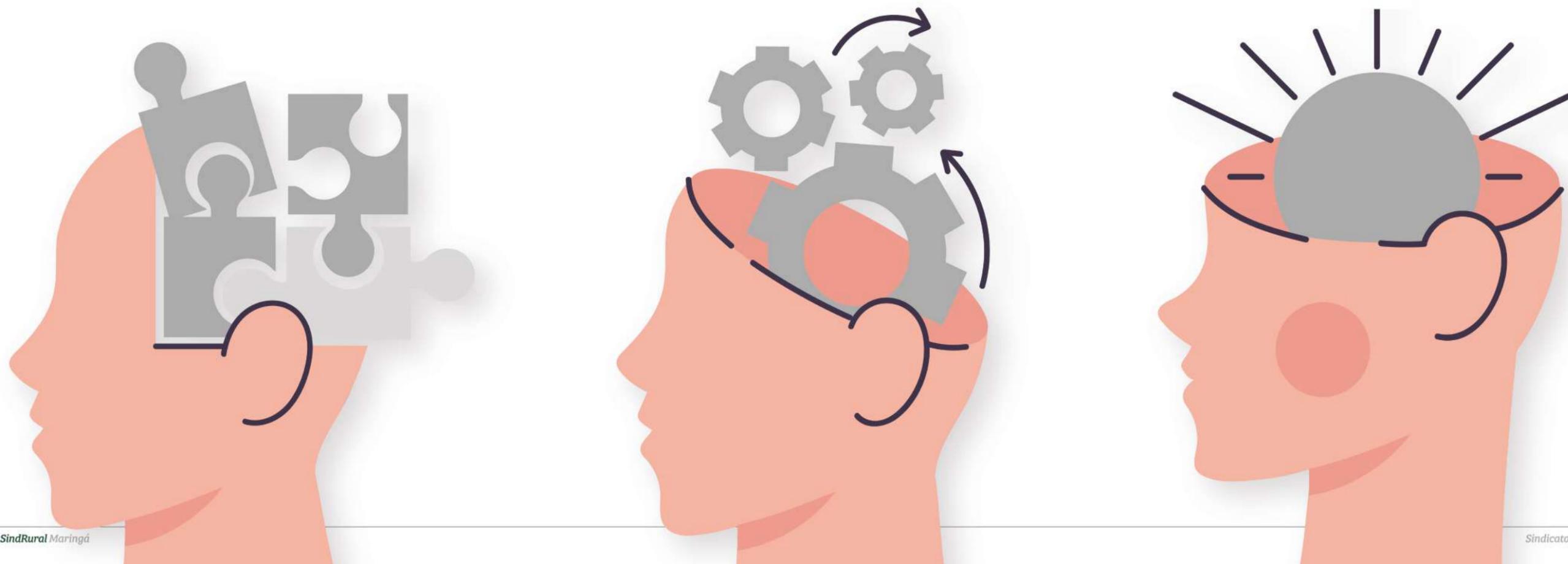
Ter momentos de lazer: O descanso e o lazer são fundamentais para se recuperar energias. Pequenas pausas durante o dia e atividades prazerosas ajudam a reduzir o estresse.

Praticar exercícios físicos: A atividade física regular contribui para o equilíbrio emocional, aliviando tensão e promovendo o bem-estar.

Adotar uma alimentação equilibrada: O consumo de alimentos saudáveis melhora a disposição e auxilia na manutenção da saúde mental.

Buscar capacitação e apoio financeiro: Cursos de gestão rural, oferecidos por entidades como o SENAR, ajudam a organizar melhor a rotina e reduzir a insegurança financeira.

A saúde mental deve ser vista com a mesma importância que a saúde física. Falar sobre o assunto, criar redes de apoio e incentivar iniciativas que promovam o bem-estar emocional no campo são passos essenciais para um agro mais saudável e produtivo. Afinal, cuidar de quem produz é garantir um futuro melhor para todos.



Oscilações no preço do boi: o que influencia o valor da arroba?

O mercado pecuário é dinâmico e sofre constantes oscilações de preços, impactando diretamente os produtores e a economia do setor. O valor do boi gordo, em especial, é determinado por uma série de fatores que vão desde a oferta e demanda até influências externas como o câmbio e as exportações. Compreender esses elementos é essencial para que o pecuarista possa se planejar melhor e adotar estratégias que minimizem riscos.

A oferta de boi gordo no mercado é um dos principais determinantes do preço. Em períodos de alta disponibilidade de animais prontos para o abate, os frigoríficos tendem a pagar menos pela arroba, uma vez que possuem maior poder de negociação. Já em momentos de escassez, quando há menor quantidade de bois disponíveis, a concorrência entre os compradores aumenta e o preço da arroba sobe. Esse fenômeno é influenciado pelo chamado ciclo pecuário, que alterna períodos de retenção de fêmeas para reprodução, aumentando a oferta no futuro, e momentos de descarte de matrizes, reduzindo a disponibilidade de animais no mercado. Quando há um grande volume de vacas descartadas, a oferta de animais abatidos aumenta, resultando em maior quantidade de carne

disponível no mercado. Esse excesso de oferta gera uma pressão de baixa nos preços no momento que esses animais chegam aos frigoríficos, diminuindo o valor da arroba no curto prazo.

A demanda, tanto interna quanto externa, também exerce grande influência sobre os preços. No Brasil, o consumo de carne bovina oscila conforme o poder de compra da população e fatores sazonais, como festas de fim de ano e períodos de férias. No cenário internacional, as exportações desempenham papel fundamental. A China, por exemplo, é um dos principais compradores da carne brasileira, e qualquer variação na demanda do país asiático impacta diretamente o mercado interno. Embargos sanitários ou restrições impostas por países importadores podem reduzir as vendas externas e pressionar os preços para baixo, enquanto alta na procura pode gerar valorização do boi gordo.

Outro fator relevante é o custo de produção, principalmente os preços dos insumos utilizados na pecuária. A alimentação do gado confinado, que depende de grãos como milho e soja, pode encarecer em momentos de alta desses produtos, reduzindo a margem

de lucro dos pecuaristas e, em alguns casos, impactando a oferta de animais para abate. Além disso, o clima também influencia a produção, pois períodos de seca prolongada prejudicam as pastagens e forçam os produtores a vender o gado antes do tempo ideal, pressionando os preços para baixo.

O câmbio é outro elemento-chave na oscilação dos preços. Como grande parte da carne bovina brasileira é exportada, a valorização do dólar tende a tornar o produto mais competitivo no mercado internacional, estimulando as exportações e reduzindo a oferta

no mercado interno, o que pode elevar os preços. Por outro lado, a desvalorização da moeda norte-americana pode ter o efeito oposto, tornando as exportações menos atrativas e aumentando a oferta interna, resultando em queda nos preços da arroba.

Além desses fatores, mudanças políticas e regulatórias também podem interferir no valor do boi gordo. Medidas como alterações em políticas sanitárias, tributárias ou ambientais podem afetar a cadeia produtiva e, consequentemente, os preços praticados no mercado. A adoção de novas exigências para exportação, por exem-

plo, pode impactar os frigoríficos e reduzir a demanda por boi gordo em determinados períodos.

Diante desse cenário de constantes variações, o pecuarista deve estar atento às tendências do mercado e buscar formas de mitigação de riscos. Estratégias como diversificação da atividade, adoção de sistemas mais eficientes de manejo e acompanhamento das cotações diárias podem fazer a diferença na rentabilidade do negócio. O mercado pecuário é volátil, mas, com planejamento e informação, é possível enfrentar seus desafios e garantir maior previsibilidade para a produção.





Produtor rural pode perder a terra? Entenda a execução extrajudicial da hipoteca (Lei n. 14.711/2023)

Como funciona o procedimento?

A execução extrajudicial da hipoteca é um mecanismo que permite ao credor cobrar a dívida garantida sem necessidade de um processo judicial, agilizando a recuperação do crédito. Com as novas disposições da Lei n. 14.711/2023, criou-se um procedimento rápido e eficiente para os credores, aumentando, contudo, os riscos para os devedores.

A execução extrajudicial possibilita a venda do imóvel hipotecado diretamente, sem a necessidade de ação judicial. O processo ocorre da seguinte forma:

O devedor é intimado, pelo cartório de registro de imóveis, para pagamento do valor em atraso em até 15 dias. Se não houver pagamento, o credor pode

requerer a averbação da inadimplência e iniciar o procedimento de leilão. O primeiro leilão ocorre em até 60 dias após a averbação. Se o imóvel não for arrematado pelo valor de avaliação que conste do título, outro leilão acontecerá nos 15 dias seguintes, sendo aceito lance mínimo que supere o valor total da dívida acrescido de despesas previstas em lei. Caso não haja com-

pradores, o credor pode adjudicar o imóvel ou realizar uma venda direta em até 180 dias.

E se o imóvel for residencial?

Para financiamentos imobiliários residenciais, o devedor não responde pelo saldo devedor remanescente caso o valor obtido no leilão não cubra a totalidade da dívida.

Atenção! O imóvel residencial oferecido como garantia não está, em regra, protegido pela Lei do Bem de Família (Lei nº 8.009/90).

Crédito Rural: Aplicabilidade da Execução Extrajudicial

A regra não permite execução extrajudicial para operações de financiamentos da atividade agropecuária. No entanto, algumas instituições financeiras têm adotado estratégias para contornar essa restrição, por meio de renegociação da dívida rural, consolidando as operações em um novo título com outras características e com recursos próprios do banco, supostamente descaracterizando o crédito rural. Inclusão da hipoteca no novo contrato, permitindo a execução extrajudicial. Alteração dos encargos inicialmente pactuados por outros mais elevados.

Esse procedimento, embora utilizado na prática, pode ser questionado judicialmente, pois pode configurar

desvirtuação da origem do financiamento.

Tal situação não ocorreria em caso de alongamento do débito rural em que os títulos originários e respectivos encargos permanecessem válidos, sendo ajustado novo prazo para pagamento do saldo devedor.

Direitos do Devedor e Poderes do Credor

O devedor pode quitar a dívida a qualquer momento antes da arrematação, pagando o valor total devido, incluindo encargos e despesas legalmente previstas. O credor pode apropriar-se do imóvel pelo valor mínimo de venda ou realizar a venda direta em até 180 dias, caso não haja lances no segundo leilão.

Conclusão: Benefícios ao Credor vs. Riscos ao Devedor

A execução extrajudicial da hipoteca trouxe um procedimento mais ágil para a recuperação de créditos, fortalecendo a posição dos credores. No entanto, sua aplicação em determinados contextos, especialmente no crédito rural, levanta questões jurídicas que podem ser objeto de discussão judicial. Diante das particularidades dessa modalidade de execução, é fundamental que credores e devedores compreendam as regras envolvidas e estejam atentos às possíveis implicações decorrentes do procedimento.

Fábio Lamonica Pereira

www.sl.adu.br Advogado em Direito Bancário e do Agronegócio

Produtores e o mercado de carbono: Por que precisamos de metodologias nacionais?

A regulamentação do mercado de carbono no Brasil, estabelecida pela Lei 15.042/2024, abre caminho para a ampliação da participação de produtores rurais na geração de créditos de carbono.

No entanto, as metodologias atualmente adotadas não refletem a realidade fundiária do país e acabam por excluir pequenos e médios produtores. Com apenas 1% das propriedades rurais brasileiras possuindo mais de 1.000 hectares, segundo resultados do censo agropecuário feito pelo IBGE em 2017, os modelos vigentes favorecem grandes projetos e deixam de reconhecer a remoção de carbono realizada pelas extensas áreas de mata nativa preservadas dentro de propriedades menores.

A necessidade de metodologias adaptadas à realidade brasileira torna-se evidente ao se considerar que 41,3% da vegetação nativa do país encontram-se em propriedades privadas segundo o MapBiomas. No entanto, os modelos internacionais de certificação exigem grandes extensões de terra e histórico de desmatamento para a elegibilidade de projetos REDD+, deixando de fora as Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente (APPs), que são rastreáveis via Cadastro Ambiental Rural (CAR) e desempenham papel essencial na remoção de carbono da atmosfera.

Metodologias vigentes são limitantes

Os critérios adotados por certificadoras internacionais demandam altos

custos e grandes áreas para viabilizar a certificação. Segundo um desenvolvedor de projetos, é necessário um mínimo de 20.000 hectares para viabilidade econômica. Esse modelo exclui a imensa maioria das propriedades brasileiras, cuja área média é de apenas 69 hectares segundo o IBGE.

Ademais, tais metodologias focam em evitar emissões por desmatamento e na restauração de biomas, ignorando a remoção contínua de carbono feita por florestas nativas preservadas. Essa lacuna é contrária ao disposto no Art. 46, da Lei 15.042/2024, que reconhece como aptas para a geração de créditos de carbono as atividades de recomposição, manutenção e conservação de áreas protegidas.



Uma solução brasileira para a certificação de pequenos e médios produtores

Para corrigir essa distorção, uma metodologia nacional deve contemplar **Rastreabilidade e comprovação de titularidade:** Utilização do CAR para verificar a legalidade da propriedade, permitindo um registro transparente e acessível online. **Mensuração via imagens de satélite:** Monitoramento periódico das áreas de mata nativa para garantir a permanência da cobertura vegetal; **Cálculo de adicionalidade baseado no IPCC:** Adoção de critérios do IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories para quantificar o carbono removido anualmente; Baixo custo e escala adaptada: Implementação de um modelo de auditoria que permita certificação acessível para pequenos e médios produtores; e **Transparência e rastreabilidade:** Uso de QR Codes nos certificados, vinculando as informações à localização exata das áreas certificadas.

Um exemplo de aplicação desse modelo é a metodologia desenvolvida pela startup Jiantan, que permite a inclusão de propriedades de qualquer tamanho no mercado de carbono. A Jiantan utiliza dados do CAR, imagens de satélite e a metodologia do IPCC para quantificar a remoção de carbono de forma rastreável e auditável.



Impactos da implementação de metodologias nacionais

A criação de um "modelo brasileiro" de certificação poderia aumentar significativamente a inclusão de pequenos e médios produtores no mercado de carbono, garantindo novas fontes de renda para agricultores e incentivando a preservação ambiental. Além disso, esse modelo permitiria

- Aceleração do cumprimento das metas do PLANAVER, que prevê a recuperação de 21 milhões de hectares de vegetação nativa;
- Geração de renda para produtores rurais, com valores estimados entre R\$ 283,00 e R\$ 991,00 por hectare/ano, dependendo da maturidade da vegetação e do bioma;
- Diminuição da pressão sobre áreas de risco de desmatamento, ao viabilizar incentivos para a manutenção de florestas preservadas; e
- Maior transparência e rastreabilidade, permitindo que o Brasil lidere a criação de padrões confiáveis para certificação de créditos de carbono.

A transição para um mercado regulado de carbono exige um modelo de certificação que reflita a realidade fundiária brasileira. Pequenos e médios produtores que preservam a maioria da vegetação nativa em propriedades privadas devem ser reconhecidos pelo serviço ambiental que prestam.

A criação de metodologias nacionais, alinhadas aos padrões internacionais, mas adaptadas à estrutura agrária do

Brasil, permitirá a ampliação do mercado de carbono e o fortalecimento da sustentabilidade econômica no campo. A implementação de um "modelo brasileiro" de certificação representa não apenas uma oportunidade econômica, mas também um compromisso com a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável do país.

Descarbonização e crédito de carbono não são tendências, são pendências, e o agronegócio brasileiro, longe de ser o vilão das mudanças climáticas, é uma força importante para a produção agrícola sustentável. Com iniciativas como a da Jiantan e o avanço do mercado de carbono no Brasil, o país pode mostrar ao mundo que é possível aliar crescimento econô-

ômico, produção de alimentos e preservação ambiental. O futuro do agronegócio é continuar seguindo esse caminho de equilíbrio entre tecnologia e sustentabilidade. O agro bem-feito é a solução. João Berdu é engenheiro agrônomo,

mestre em negócios, consultor e palestrante. Atualmente, preside o Instituto Vale da Seda e a Jiantan Remoção de Carbono, seu foco é em desenvolvimento regional sustentável, redes de cooperação e mercado voluntário de carbono.

João Berdu

Engenheiro agrônomo com mestrado em Administração pela Universidade Estadual de Londrina, CEO da Jiantan Remoção de Carbono, startup residente na Incubadora Tecnológica de Maringá.





Túnel do Tempo

A trajetória do Sindicato Rural de Maringá é marcada pela dedicação, evolução e compromisso com o desenvolvimento do agronegócio regional. Tudo começou em 1952, com a fundação da Associação Rural de Maringá, iniciativa de produtores visionários que buscavam fortalecer o setor rural em uma cidade ainda em formação. Anos depois, esse movimento ganhou força institucional, e, em 1967, a então associação foi oficialmente transformada em sindicato, que reconheceu a

entidade como representante legal da classe patronal rural. A decisão foi aprovada por unanimidade em Assembleia Geral Extraordinária, marcando o início de uma nova fase na representatividade e na defesa dos interesses do campo.

Ao longo dessas décadas, o Sindicato enfrentou e acompanhou grandes transformações políticas, sociais e econômicas no Brasil. Em 1964, com a criação do Estatuto da Terra, surgi-

ram novos desafios relacionados à estrutura fundiária e à organização da produção rural. Já em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, o setor rural foi palco de intensos debates e lutas, envolvendo a definição de terras produtivas, a consolidação de normas ambientais e a evolução da legislação trabalhista. A seguir, apresentamos, por meio de imagens históricas, alguns dos momentos que marcaram essa trajetória de mais de sete décadas.

1989

Inauguração da sede atual do Sindicato





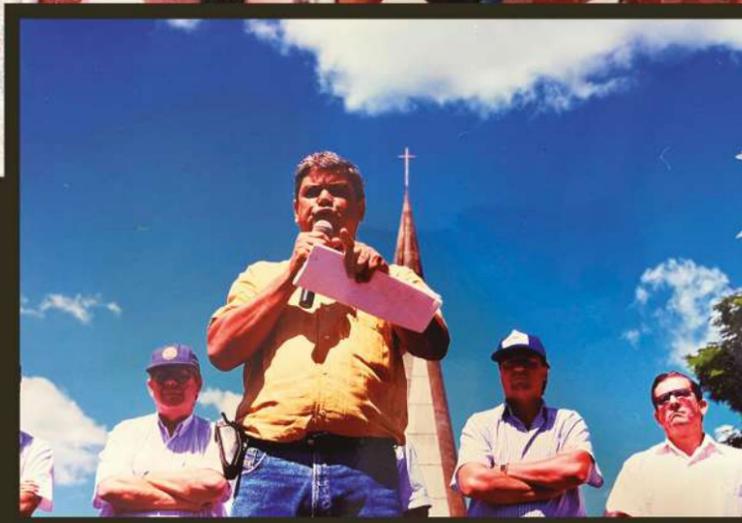
1995

Curso de Produção de Alimentos Derivados de Leite



1995

Movimento pelo fim da TR





1996 Instalação do Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista (NICON)



1997 Inauguração da Extensão em Itambé



2003 Stand do sindicato na Expoingá



2003



Entrega do Certificado da ISO





2005 Inauguração da sala de treinamento



Aniversário dos associados

Janeiro

Luadir Piccinin	01
Aparecido Calsavara	03
Onofre Bolotti	04
Ricardo Yoshihiko Komagome	04
Angelo Celestino	05
Antonio Amaro	05
Vanderlei Roberto Sarri	12
Emerson Penachiotti	12
Iualdo De Oliveira	14
Jose Antonio Borghi	16
Paulo Xander	17
Fumio Kuroda	17
Fabio Furrier	18
Sebastiao Pitarelli	19
Sebastiao Pauesi	20
Antonio Malonha	21
Joao Pedro Volpato	21
Etoze Otavio Baroni	22
Sandro Irineu Roberto Matheus	24
Marcelo Barbosa De Souza	26
Oswaldo Pouh	28
Eliacir Siliá	28

Fevereiro

Moacir Manetti	01
Reginaldo Aparecido Rosa	02
Renato Luigi Bortolasci	03
Joao De Oliveira	04
Joao Ricardo Vieira Jorge	04
Ademir Cumani	05
Sergio Paueggi	06
Maria Claudia Noronha Dutra De Menezes	07
Egídio Nani Junior	08
Kyuhei Komagome	09
Larissa Lorena Gallassini	09
Guilherme Augusto Sapata	10
Roberto Carlos Polo	12
Flavio Balbino Baveloni	12
Nelson Volpato	13
Hasue Komura Ito	15
Antonio Carlos Pepi	16
Dhiego Brambilla	18
Antonio Almir Dos Santos	20
Vicente Paes Gesualdo	20
Leonardo Bueno Da Silva Netto	24
Paulo Jucemar Coral	24
Etoze Segarini Dolfini	25
Tadeus Francisco Bastiani	25
Agenor Brambilla	28

Março

Adenilson Crug	05
Joao Dolphine	07
Luig Versari	09
Cesar Rogerio Visioli	09
Robson Jose Laureiro Aceti	10
Claudio Lopes	11
Valdir Antonio Alues	11
Claudemir Paschoeto	11
Aguinelo Luig Feltrin	11
Paulo Ubaldini Vier	11
Cesar Augusto Schmitt	13
Rui Yoshio Tamura	14
Apolo Dos Santos Silua	18
Jose Campagnolli	21
Nereu Meneguette	22
Robinson Vido	24
Ermelinda Dias Conte	25
Julio Agevedo Da Rocha	25
Maria Beline Brambilla	26
Ricardo Nunes Carreira	26
Iualdo Meneguette	27
Joao Aparecido Bortolasci	29
Marco Junqueira Valias	29
Nilsa Guedes	29
Dalton Makio Komagome	31
Simone Cristina Brambilla	31



CUCA DE BANANA E DOCE DE LEITE

Menu da Cecília Bianchessi

Ingredientes

- Massa:**
- 5 ovos (separar gema das claras);
 - 2 xícaras de chá de açúcar (240 ml);
 - 2 colheres de sopa de manteiga ou margarina;
 - 2 xícaras de 240 ml de leite de vaca (substituível por leite de coco ou vegetal);
 - 1 xícara de chá de amido de milho;
 - 2 xícaras de chá de farinha de trigo;
 - 1 colher de sopa de fermento químico (tipo Pó Royal).

- Farofa:**
- 1 xícara de chá de açúcar;
 - 1 xícara de chá de farinha de trigo;
 - 2 colheres de sopa manteiga ou margarina;
 - 2 colheres de óleo de soja ou banha;
 - 1 colher de sobremesa de canela em pó;
 - 6 a 8 bananas maduras;
 - Doce de leite caseiro ou pronto (sem amido).

Modo de preparo

Farofa:
Misture os ingredientes até formar uma farofa e reserve.

- Massa**
- Bata na batedeira as claras e reserve;
 - Bata as gemas com a manteiga e o açúcar até ficar claro e dissolvido;
 - Acrescente o leite alternando com o amido e a farinha de trigo, bata até misturar bem, desligue a batedeira e acrescente o fermento em pó e as claras, misture tudo sem bater;
 - Coloque a massa em uma forma untada e enfarinhada;
 - Em cima da massa coloque a banana cortada em rodadas ou em comprimento, intercale as colheradas de doce de leite e coloque a farofa por cima para finalizar;
 - Leve no forno a 180 graus por pelo menos 40 minutos ou até espetar um palito e sair limpo.



Descubra as vozes e histórias do campo no **Sind Rural Cast**. Um podcast que conecta você ao **universo rural**, trazendo informação, inovação e inspiração direto da fonte.

Acesse o QrCode para **escutar agora**

